



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Processo n. 110.926/06

CONTRATO N. 2010/003.0

CONTRATO CELEBRADO ENTRE A  
CÂMARA DOS DEPUTADOS E A ABC  
BUSINESS INVESTIMENTOS  
COMERCIAIS LTDA. PARA CONCESSÃO  
ADMINISTRATIVA DE USO, A TÍTULO  
ONEROSO, DA LOJINHA DA CÂMARA,  
PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DE  
VENDA DE ARTIGOS DE SUVENIR.

Aos doze dias do mês de janeiro de dois mil e dez, a CÂMARA DOS DEPUTADOS, situada na Praça dos Três Poderes, nesta Capital, inscrita no CNPJ sob o n. 00.530.352/0001-59, daqui por diante denominada CEDENTE, e neste ato representada pelo seu Diretor-Geral, o senhor SÉRGIO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Brasília-DF, e a ABC BUSINESS INVESTIMENTOS COMERCIAIS LTDA., situada na SRT-Norte, Quadra 701, conj. C, n. 122, sala 822-B, Centro Empresarial Norte, Brasília – DF, inscrita no CNPJ sob o n. 26.456.426/0001-48, daqui por diante denominada CONCESSIONÁRIA, e neste ato representada por seu Sócio Gerente, o senhor MARCO AURÉLIO NUNES PEREIRA, residente e domiciliado em Brasília-DF, perante as testemunhas que este subscrevem, acordam em celebrar o presente Contrato, em conformidade com o processo em referência, com a Lei nº 8.666/1993, de 21/6/1993, e alterações posteriores, doravante denominada simplesmente LEI, com a Lei nº 10.520, de 17/07/02, com o Regulamento dos Procedimentos Licitatórios da Câmara dos Deputados, aprovado pelo Ato da Mesa n. 80/01, de 7/6/01, publicado no D.O.U. de 5/7/01, doravante denominado simplesmente REGULAMENTO, e com o Edital do Pregão Eletrônico n. 224/09 e seus Anexos, observadas as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O objeto do presente Contrato é a concessão administrativa de uso, a título oneroso, para exploração comercial de venda de artigos de souvenir de produção própria ou sob sua responsabilidade, da LOJINHA DA CÂMARA,



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

juntamente com suas instalações, seus móveis e equipamentos, localizada na pista de rolamento da entrada do Edifício Principal da Câmara dos Deputados, em Brasília DF, de acordo com as quantidades e especificações técnicas descritas no Anexo nº 1 ao Edital do Pregão Eletrônico n. 224/09 e demais exigências e condições expressas no referido Edital e em seus Anexos.

Parágrafo primeiro - Fazem parte integrante do presente Contrato, para todos os efeitos:

- a) Edital do Pregão Eletrônico n. 224/09 e seus Anexos;
- b) Ata da Sessão Pública do Pregão Eletrônico n. 224/09;
- c) Proposta da CONCESSIONÁRIA, datada de 21/12/2009.

Parágrafo segundo – A CEDENTE reserva-se o direito de distribuir gratuitamente postais e publicações próprias ao público e de incluir novas áreas de atendimento, respeitado o disposto no §1º do artigo 65 da LEI, correspondente ao §1º do artigo 113 do REGULAMENTO.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ESPECIFICAÇÕES E DEMAIS DISPOSIÇÕES GERAIS**

A concessão administrativa de uso objeto deste Contrato deverá obedecer às especificações e condições previstas no Anexo n. 1 ao Edital do Pregão Eletrônico n. 224/09.

Parágrafo primeiro – A dependência destinada ao objeto deste Contrato está situada em área edificada localizada na pista de rolamento na entrada do Edifício Principal, e possui metragem de 15m<sup>2</sup> (quinze metros quadrados).

Parágrafo segundo – O espaço concedido dispõe das instalações descritas no subitem 2.1.1 do Anexo n. 1 ao Edital do Pregão Eletrônico n. 224/09, além do material descrito no Anexo n. 5 ao Edital do Pregão Eletrônico n. 224/09.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO**

A CONCESSIONÁRIA será remunerada com o resultado da comercialização dos produtos expostos à venda, diretamente pelos usuários, no respectivo caixa.

Parágrafo único – Consideram-se usuários da LOJINHA DA CÂMARA os parlamentares, servidores da Câmara dos Deputados, jornalistas credenciados, empregados de empresa contratada ou autorizada a funcionar nas dependências da Câmara dos Deputados, devidamente credenciados, visitantes e toda e qualquer pessoa interessada em adquirir os produtos ali comercializados.



#### **CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

A CONCESSIONÁRIA deverá dar início aos serviços em até 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de assinatura deste Contrato.

Parágrafo primeiro – O prazo referido no *caput* desta Cláusula poderá ser postergado a critério da CEDENTE.

Parágrafo segundo – Após o início das atividades de exploração, a CONCESSIONÁRIA não poderá realizar obras e serviços onde se encontra instalada, nem comercializar produto, sem prévia e expressa autorização do órgão fiscalizador.

Parágrafo terceiro – É vedado à CONCESSIONÁRIA comercializar cigarros ou outros produtos fumíferos e bebidas alcóolicas.

Parágrafo quarto – A CONCESSIONÁRIA deverá observar, ainda, o disposto no item 5 do Anexo n. 1 ao Edital do Pregão Eletrônico n. 224/09.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA**

Constituem obrigações da CONCESSIONÁRIA aquelas enunciadas neste Contrato e no Edital do Pregão Eletrônico n. 224/09 e em seus Anexos, bem como aquelas determinadas pelo órgão fiscalizador, em caráter complementar, visando à perfeita execução do objeto do presente Contrato.

Parágrafo primeiro – Todas as obrigações trabalhistas, inclusive aquelas relativas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e à Previdência Social, são de exclusiva responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, como única empregadora da mão-de-obra utilizada para os fins estabelecidos no presente Contrato.

Parágrafo segundo – A CONCESSIONÁRIA responderá integral e exclusivamente por eventuais reclamações trabalhistas de seu pessoal, mesmo na hipótese de ser a UNIÃO (Câmara dos Deputados) acionada diretamente como co-Reclamada.

Parágrafo terceiro – A CONCESSIONÁRIA fica obrigada a apresentar à CEDENTE, sempre que expire o prazo de validade, a Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, a Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e o Certificado de Regularidade do FGTS - CRF.

Parágrafo quarto – A não apresentação das certidões e do certificado, na forma mencionada no parágrafo anterior, implicará o descumprimento de cláusula contratual, podendo inclusive, ensejar a rescisão deste Contrato, nos



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

termos do disposto no artigo 78 da LEI, correspondente ao artigo 126 do REGULAMENTO.

Parágrafo quinto – A CONCESSIONÁRIA fica obrigada a manter, durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

### **CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Pelo não cumprimento das obrigações contratuais, execução insatisfatória dos serviços e/ou fornecimento, omissões ou outras faltas mencionadas no item 13 do Edital do Pregão Eletrônico n. 224/09, bem como o cometimento das infrações referidas no Anexo n. 4 ao mesmo Edital, serão aplicadas à CONCESSIONÁRIA multas e demais sanções previstas nos respectivos dispositivos editalícios, observadas as condições neles indicadas.

### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA CONCESSÃO**

Pela concessão de uso das dependências, instalações e equipamentos do espaço objeto do presente Contrato, a CONCESSIONÁRIA pagará à CEDENTE o valor mensal de R\$600,00 (seiscentos reais).

Parágrafo primeiro – Os valores referentes às despesas gerais correspondentes à concessão de uso, objeto deste Contrato, foram calculados de acordo com o disposto na Portaria n. 69/07, conforme discriminado abaixo:

Taxa de ocupação: R\$356,25 (trezentos e cinquenta e seis reais e vinte e cinco centavos);

Energia: R\$66,75 (sessenta e seis reais e setenta e cinco centavos);

Água e esgoto: R\$22,50 (vinte e dois reais e cinquenta centavos);

Limpeza: R\$130,80 (cento e trinta reais e oitenta centavos).

Parágrafo segundo – Na parcela mensal do valor da concessão já está incluído o rateio das despesas, proporcionais à área ocupada, com energia, água, esgoto, limpeza, conservação e manutenção predial.

Parágrafo terceiro – A CEDENTE poderá disponibilizar à CONCESSIONÁRIA:

a) ramais de seu PABX, liberados somente para ligações internas, sem ônus;

b) a sua rede de telefonia para instalação de linhas particulares de interesse da CONCESSIONÁRIA, cujo pagamento mensal será de R\$11,00 (onze reais), por linha telefônica instalada.

Parágrafo quarto – A CEDENTE não disponibilizará aparelhos telefônicos para uso nos ramais e nas linhas particulares.

Parágrafo quinto – Ocorrendo a prorrogação prevista na Cláusula Nona deste Contrato, o valor mensal devido pela concessão de uso será reajustado,



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

observado o disposto no Ato da Mesa n. 61/05, alterado pelo Ato da Mesa n. 7/2007, e na Portaria n. 69/2007 do Senhor Primeiro-Secretário, ou legislação que a substituir.

Parágrafo sexto – A CONCESSIONÁRIA fica obrigada a apresentar, até o último dia útil do mês imediatamente subsequente, recibo de recolhimento mensal à conta da CEDENTE do valor referente ao pagamento mensal do valor da concessão e, se for o caso, do pagamento mensal por linha telefônica a que se refere a alínea “b” do parágrafo terceiro desta Cláusula.

### **CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA**

Para segurança do cumprimento de suas obrigações, a CONCESSIONÁRIA prestou garantia de R\$1.552,41 (um mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e quarenta e um centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual da concessão, acrescido da importância de R\$ 1.192,41 (mil cento e noventa e dois reais e quarenta e um centavos), referente aos valores dos bens disponibilizados, em conformidade com o artigo 56, §5º, da LEI, correspondente ao artigo 93, §5º, do REGULAMENTO, e nos termos do item 12 do Edital do Pregão Eletrônico n. 224/09.

### **CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO**

O presente Contrato terá vigência de 12/01/10 a 11/01/12, podendo ser prorrogado em conformidade com o artigo 57, inciso II, da LEI, c.c. o artigo 105, inciso II, do REGULAMENTO, a critério da Câmara dos Deputados.

Parágrafo único - Este contrato poderá ser rescindido nos termos das disposições contidas nos artigos 77 a 80 da LEI, correspondentes aos artigos 125 a 128 do REGULAMENTO.

### **CLÁUSULA DÉCIMA - DO ÓRGÃO FISCALIZADOR**

Considera-se órgão fiscalizador a Secretaria de Comunicação Social da Câmara dos Deputados –SECOM, localizada no 16º andar do Edifício Anexo I, que indicará servidor responsável pelos atos de acompanhamento e fiscalização deste Contrato.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

Fica eleito o foro da Justiça Federal em Brasília, Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, para decidir demandas judiciais decorrentes do cumprimento deste Contrato.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

E por estarem assim de acordo, as partes assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para um só efeito, com 6 (seis) folhas cada, na presença das testemunhas abaixo indicadas.

Brasília, 12 de janeiro de 2010.

Pela CEDENTE:

Pela CONCESSIONÁRIA:

Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida  
Diretor-Geral  
CPF n. 358.677.601-20

Marco Aurélio Nunes Pereira  
Sócio Gerente  
CPF n. 023.247.841-49

Testemunhas: 1) \_\_\_\_\_

2) \_\_\_\_\_